



**CONCURSO PÚBLICO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MALLET, PARANÁ**

# CADERNO DE PROVA

## CONTADOR

**N.º DE INSCRIÇÃO  
DO(A) CANDIDATO(A)**



Domingo, 7 de dezembro de 2014.

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40



**ANTES DE INICIAR A PROVA, LEIA AS INSTRUÇÕES ABAIXO:**

1. Aguarde a orientação do aplicador da Uniuiv para iniciar a prova.
2. Leia, atentamente, as questões, e atenha-se a elas, pois nenhum esclarecimento a mais poderá ser dado, e o sucesso de um concurso está na compreensão do que é solicitado.
3. Utilize somente caneta esferográfica preta ou azul para assinalar a folha de respostas. Utilize lápis e borracha apenas para suas anotações no caderno de provas.
4. Para assinalar as respostas na folha correspondente basta preencher todo o círculo que contém a letra escolhida da questão pertinente da seguinte forma: ●
5. Será nula a prova, se forem assinaladas todas as questões com uma única alternativa de respostas.
6. Serão nulas as respostas rasuradas ou múltiplas para uma mesma questão.
7. Não se atenha às questões que julgar difíceis, volte a elas, se lhe sobrar tempo.
8. Ao início da prova, o aplicador comunicará o período de tempo concedido para a realização dela.
9. Ao término da prova, entregue TODO O MATERIAL recebido.
10. Preencha claramente os dados na folha de respostas. Assine e marque seu número de inscrição.
11. Não é permitido, em hipótese alguma, o empréstimo de qualquer objeto.
12. Somente poderá ausentar-se da sala da prova, acompanhado do fiscal volante.
13. Permaneça no local da prova pelo prazo mínimo de uma hora, a contar do início da prova.
14. Guarde todo tipo de equipamento de comunicação eletrônico e relógio, durante a execução da prova.
15. Destaque o espaço abaixo para copiar as suas respostas, para posterior conferência, se quiser.
16. O resultado do concurso não será divulgado por telefone.
17. Após a realização das provas, os gabaritos e o conteúdo das provas objetivas serão divulgados, via internet, no site [concursopublico.uniuv.edu.br](http://concursopublico.uniuv.edu.br) a partir das 17h do dia 8 de dezembro de 2014.

Os gabaritos e as provas objetivas estarão disponíveis no site da Uniuiv, [concursopublico.uniuv.edu.br](http://concursopublico.uniuv.edu.br), **a partir das 17h do dia 8 de dezembro de 2014.**



**CONCURSO PÚBLICO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MALLET, PARANÁ**

---

1. Está obrigado aplicar as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, Integralmente, EXCETO:
- A ( ) As prefeituras municipais;
  - B ( ) As organizações não governamentais, cuja parte de sua receita tem origem em recursos públicos;
  - C ( ) Os governos estaduais;
  - D ( ) As autarquias;
  - E ( ) As câmaras municipais.
2. São Princípios orçamentários: (assinale V para verdadeiro ou F para falso e depois assinale a alternativa correta)
- ( ) Legalidade.
  - ( ) Entidade.
  - ( ) Continuidade.
  - ( ) Equilíbrio.
  - ( ) Não Afetação da Receita.
- A ( ) V, F, F, V, V;  
B ( ) V, V, F, F, F;  
C ( ) V, V, V, F, F;  
D ( ) F, F, V, V, V;  
E ( ) F, F, V, F, V.
3. De acordo com Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, o sistema contábil utilizado pela contabilidade pública é formado pelos seguintes subsistemas, EXCETO:
- A ( ) Orçamentário;
  - B ( ) Patrimonial;
  - C ( ) Financeiro;
  - D ( ) De custos;
  - E ( ) De compensação.
4. São exemplos de entidades pertencentes à administração pública direta e administração pública indireta, respectivamente:
- A ( ) Ministério da Saúde – Secretaria Estadual de Educação;
  - B ( ) Fundação Pública – Autarquia;
  - C ( ) Secretaria Estadual de Educação – Ministério da Saúde;
  - D ( ) Autarquia – Fundação Pública;
  - E ( ) Ministério da Saúde – Fundação pública.



**CONCURSO PÚBLICO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MALLET, PARANÁ**

---

5. Quando uma entidade está obrigada a seguir, parcialmente, a contabilidade aplicada ao setor público, quer dizer que ela deve:
- I. No tocante aos recursos públicos recebidos, esses devem ser aplicados de acordo com a lei de licitações e contratos (Lei 8.666/93).
  - II. Os recursos públicos devem constar do planejamento público (PPA, LDO, LOA), que devem ser gastos na entidade executora, na respectiva rubricado, termo de ajuste.
  - III. A entidade não necessita efetuar prestação de contas na estrutura da contabilidade pública, para a parcela de recursos recebidos.
  - IV. Se no termo de ajuste está previsto que os recursos recebidos seriam gasto com serviços de terceiros, em caso de necessidade, ela poderá utilizá-lo para satisfazer tais necessidades.
  - V. Caso a entidade tenha recebido bens públicos ou adquirido bens com recursos públicos, deve manter registro individualizado sobre esses bens, e levantar inventário anualmente.

Assinale a alternativa correta

- A ( ) As alternativas I, II e III estão corretas;  
B ( ) As alternativas II, III e IV estão corretas;  
C ( ) As alternativas I, II e V estão corretas;  
D ( ) As alternativas II, III e V estão corretas;  
E ( ) Somente a alternativa V está errada.

6. São exemplos de Unidade Contábil Originária e Unidade Contábil Descentralizada, respectivamente:

- A ( ) Prefeitura municipal – Câmara Municipal;  
B ( ) Fundação Municipal – Autarquia Municipal;  
C ( ) Ministério da fazenda – Secretaria Municipal de Fazenda;  
D ( ) Prefeitura Municipal – Autarquia Municipal;  
E ( ) Prefeitura Municipal – Secretaria Municipal de Fazenda.

7. O registro dos atos potenciais, segundo a NBCASP, será registrado em que subsistema contábil?

- A ( ) Subsistema Patrimonial;  
B ( ) Subsistema Orçamentário;  
C ( ) Subsistema de Custo;  
D ( ) Subsistema de Compensação;  
E ( ) Não há registro a ser feito de atos potenciais.

8. De acordo com o art. 165 da Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes Orçamentárias é de iniciativa do:

- A ( ) Poder Executivo;  
B ( ) Poder Legislativo;  
C ( ) Poder Judiciário;  
D ( ) Poder Executivo e Poder Legislativo;  
E ( ) Poder Legislativo e Poder Judiciário.



**CONCURSO PÚBLICO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MALLET, PARANÁ**

---

9. A lei que compreenderá as metas e prioridades da administração pública, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração do orçamento anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento é:
- A ( ) A Lei de Orçamento Anual;  
B ( ) A Lei de Responsabilidade Fiscal;  
C ( ) A Lei de Diretrizes Orçamentárias;  
D ( ) A Lei 4320/64;  
E ( ) A Lei do Plano Plurianual.
10. São exemplos de variações quantitativas decorrentes de transações no setor público que aumentam o seu patrimônio líquido, EXCETO:
- A ( ) Aquisição de um veículo;  
B ( ) Recebimento de um imóvel em doação;  
C ( ) Recebimento de Taxa de Cemitério;  
D ( ) Recebimento de Dividendos;  
E ( ) Recebimento da cota-parte do FPM.
11. São consideradas exemplo de variações potenciais:
- A ( ) Aquisição de bens;  
B ( ) Assinatura de contrato de comodato;  
C ( ) Aquisição de serviços;  
D ( ) Recebimento de tributos;  
E ( ) As alternativas “A” e “C” estão corretas.
12. “Os registros e as informações contábeis devem possibilitar a análise da situação patrimonial de entidades do setor público, ao longo do tempo e estatisticamente, bem como a identificação de semelhanças e diferenças dessa situação patrimonial com a de outras entidades”. Essa característica é denominada de:
- A ( ) Comparabilidade;  
B ( ) Compreensibilidade;  
C ( ) Confiabilidade;  
D ( ) Imparcialidade;  
E ( ) Objetividade.
13. Não era tratada pela Lei 4.320/64 a demonstração contábil:
- A ( ) O Balanço Orçamentário;  
B ( ) O Balanço Patrimonial;  
C ( ) O Balanço Financeiro;  
D ( ) A Demonstração das Variações Patrimoniais;  
E ( ) A Demonstração do Fluxo de Caixa.



**CONCURSO PÚBLICO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MALLET, PARANÁ**

---

14. Assinale as alternativas abaixo, colocando (V) para as alternativas que forem verdadeiras e (F) para as alternativas que forem falsas. Os passivos podem ser classificados como passivo circulante quando:
- ( ) corresponderem a valores exigíveis até o final do exercício seguinte.
  - ( ) corresponderem a valores retidos de terceiros, quando a entidade pública for a fiel depositária.
  - ( ) as contas do ativo devem ser dispostas no balanço por ordem crescente de grau de conversibilidade.
  - ( ) as contas do passivo devem ser dispostas no balanço por ordem crescente do grau de exigibilidade.
- A ( ) V, F, F, F;  
B ( ) V, V, F, V;  
C ( ) F, V, V, F;  
D ( ) F, F, V, V;  
E ( ) V, V, F, F.
15. De acordo com a Lei de Responsabilidade fiscal, a reserva de contingência se destinará ao atendimento de:
- A ( ) Transferências voluntárias;
  - B ( ) Passivos contingentes;
  - C ( ) Dívida Ativa tributária;
  - D ( ) Valores em caução;
  - E ( ) Serviço da dívida.
16. A perda de valor decorrente da exploração de direitos, cujo objeto sejam recursos minerais ou florestais, é denominada de:
- A ( ) Amortização;
  - B ( ) Depreciação;
  - C ( ) Exaustão;
  - D ( ) Contingenciamento;
  - E ( ) Provisão.
17. São fatores que devem ser considerados ao se estimar a vida útil econômica de um ativo, EXCETO:
- A ( ) A capacidade de geração de benefícios futuros;
  - B ( ) Desgastes físicos decorrentes de fatores operacionais ou não;
  - C ( ) A obsolescência tecnológica;
  - D ( ) Seu valor de mercado;
  - E ( ) Os limites legais ou contratuais sobre o uso ou exploração do ativo.
18. Não estão sujeitos ao regime de depreciação, EXCETO:
- A ( ) Obras de arte;
  - B ( ) Animais que se destinam à exposição e à preservação;
  - C ( ) Terrenos rurais;
  - D ( ) Terrenos urbanos;
  - E ( ) Cavalos utilizados na polícia montada.



**CONCURSO PÚBLICO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MALLET, PARANÁ**

---

19. Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública são denominados:
- A ( ) Imensuráveis;
  - B ( ) Mensuráveis;
  - C ( ) Contingentes;
  - D ( ) Intangíveis;
  - E ( ) Tangíveis.
20. Não é considerado como intangível:
- A ( ) Direito de uso de uma marca;
  - B ( ) Patentes de fabricação;
  - C ( ) Ponto comercial;
  - D ( ) Concessão obtida para exploração de serviços públicos;
  - E ( ) Uma banca de jornal.
21. Relacionar os critérios e os procedimentos para a avaliação e mensuração de ativos e passivos pertencentes ao patrimônio público com seus conceitos, depois assinale a alternativa correta:
- a. Valor de Mercado.
  - b. Valor de aquisição.
  - c. Mensuração.
  - d. Reavaliação.
  - e. Redução a o valor recuperável (impairment).
- ( ) A constatação de valor monetário para itens do ativo e do passivo decorrente da aplicação de procedimentos técnicos suportados em análise qualitativa e quantitativa.
  - ( ) A adoção do valor de mercado ou de consenso entre as partes para bens do ativo, quando esse for superior ao valor líquido contábil.
  - ( ) O ajuste ao valor de mercado ou de consenso entre as partes para bens do ativo, quando esse for inferior ao valor líquido contábil.
  - ( ) A soma do preço de compra de um bem com os gastos suportados direta ou indiretamente para colocá-lo em condição de uso.
  - ( ) O valor pelo qual um ativo pode ser negociado ou um passivo pode ser liquidado entre as partes interessadas que atuam em condições independentes e isentas ou conhecedoras do mercado.
- A ( ) C, D, E, B e A;
  - B ( ) D, E, A, B e C;
  - C ( ) E, A, B, C e D;
  - D ( ) C, D, A, B e E;
  - E ( ) C, E, D, B e A.
22. O poder que é atribuído a autoridades administrativas, com o objetivo de apurar e punir faltas funcionais, ou seja, conduta contrária à realização normal das atividades do órgão e irregularidade de diversos tipos, é denominado de:
- A ( ) Poder discricionário;
  - B ( ) Poder disciplinar;
  - C ( ) Poder regulamentar;
  - D ( ) Poder normativo;
  - E ( ) Poder hierárquico.
-



**CONCURSO PÚBLICO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MALLET, PARANÁ**

---

23. O princípio administrativo que reconhece a todos o direito de receber, dos órgãos públicos, informações do seu interesse particular ou de interesse coletivo ou geral é denominado de:
- A ( ) Princípio da legalidade;
  - B ( ) Princípio da impessoalidade;
  - C ( ) Princípio da moralidade administrativa;
  - D ( ) Princípio da publicidade;
  - E ( ) Princípio da preponderância do interesse público sobre o interesse particular.
24. Segundo a Constituição Federal, a competência para legislar sobre normas gerais de licitação e contratação em todas as modalidades é:
- A ( ) Da União, dos Estados e dos Municípios, em conjunto;
  - B ( ) Só da União;
  - C ( ) Só dos Estados;
  - D ( ) Só dos Municípios;
  - E ( ) Cada qual estabelece suas próprias normas.
25. A Lei 8.666/93, conhecida como a lei das licitações, determina a observância dos seguintes princípios básicos, EXCETO:
- A ( ) Legalidade;
  - B ( ) Impessoalidade;
  - C ( ) Competência;
  - D ( ) Moralidade;
  - E ( ) Igualdade.
26. A licitação para alienação de bens imóveis, de acordo com a Lei 8.666/93 em seu art. 22 e em casos especiais art. 17, pode ser realizada na(s) modalidade(s) de:
- A ( ) Convite;
  - B ( ) Tomada de Preço;
  - C ( ) Concorrência;
  - D ( ) Leilão;
  - E ( ) As alternativas "C" e "D" estão corretas.
27. O ato pelo qual o objeto do futuro contrato é atribuído ao vencedor da licitação, é denominado de:
- A ( ) Homologação;
  - B ( ) Adjudicação;
  - C ( ) Instauração;
  - D ( ) Nomeação;
  - E ( ) Imputação.
28. O processo licitatório poderá ser dispensado nos seguintes casos, de acordo com o artigo 24 da Lei 8.666/93, com exceção:
- A ( ) Nos casos de guerra e grave perturbação da ordem;
  - B ( ) Nos casos de emergência e calamidade (descritos no art.24, IV);
  - C ( ) Quando comprometer a segurança nacional;
  - D ( ) Quando o objeto possa ser fornecido por empresas cadastradas no Simples Nacional;
  - E ( ) Na aquisição de obras de artes de autenticidade certificada.





**CONCURSO PÚBLICO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MALLET, PARANÁ**

---

29. O termo “alienação de bens” no setor público tem o significado de:

- A ( ) Venda do bem;
- B ( ) Garantia fiduciária;
- C ( ) Bem dado em garantia;
- D ( ) Garantia representada pela posse do bem;
- E ( ) Garantia representada pela propriedade do bem.

30. Assinale (V) para verdadeiro ou (F) para falso e depois assinale a alternativa correta:

- ( ) Os contratos de concessão de serviços público são por prazo indeterminado.
- ( ) Os contratos de Permissão são realizados por prazo indeterminado.
- ( ) A concessionária, de regra, recebe remuneração diretamente do usuário do serviço, pagando este uma tarifa.
- ( ) Os municípios não são considerados poder público concedente.
- ( ) As concessionárias de serviço público não necessitam de autorização para o aumento de suas tarifas praticadas.

- A ( ) V, F, V, F e F;
- B ( ) F, V, V, F e F;
- C ( ) V, V, F, V e V;
- D ( ) F, F, V, V e F;
- E ( ) V, V, V, F e F.

31. Com relação ao regime contábil adotado pelo setor público é correto afirmar que:

- a. De acordo com a Lei 4320/64 é utilizado o regime de competência.
- b. No enfoque orçamentário é utilizado regime de caixa, para as receitas, e competência para as despesas.
- c. No enfoque patrimonial é utilizado o regime de competência
- d. Os tributos que têm como procedimento administrativo seu lançamento prévio (ex: IPTU) pelas NBCASP deve ser reconhecido como receita, já no seu lançamento ao contribuinte.
- e. As Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público são omissas nesse requisito.

- A ( ) Somente as alternativas “a” e “e” estão corretas;
- B ( ) As alternativas “b”, “c”, “d”, estão corretas;
- C ( ) As alternativas “a”, “c” e “e” estão corretas;
- D ( ) Somente a alternativa “d” está correta;
- E ( ) Somente a alternativa “c” está correta.

32. O princípio orçamentário que diz que deverão ser incluídos no orçamento todos os aspectos de cada órgão, principalmente, aqueles que envolvam qualquer transação financeira ou econômica, é o princípio:

- A ( ) Programação;
- B ( ) Unidade;
- C ( ) Universalidade;
- D ( ) Exclusividade;
- E ( ) Anualidade.



**CONCURSO PÚBLICO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MALLET, PARANÁ**

---

33. A elaboração do Orçamento anual é de competência:
- A ( ) Do Poder Executivo;
  - B ( ) Do Poder Legislativo;
  - C ( ) Do Poder Judiciário;
  - D ( ) Do Poder Executivo e Poder Legislativo;
  - E ( ) Do Poder Legislativo e Poder Judiciário.
34. Não se considera como receita orçamentária:
- A ( ) IPTU de anos anteriores;
  - B ( ) Operações de Crédito;
  - C ( ) Alienação de bens;
  - D ( ) Os valores consignados na folha de pagamento;
  - E ( ) As alternativas “B” e “D” estão corretas.
35. São classificadas como INVERSÕES FINANCEIRAS as despesas orçamentárias abaixo, EXCETO:
- A ( ) Aquisição de bens de capital já em utilização;
  - B ( ) Aquisição de imóveis;
  - C ( ) Aquisição de títulos representativos do capital de empresas já constituídas quando não importe em aumento de capital;
  - D ( ) Aumento de capital de empresas comerciais ou financeiras;
  - E ( ) Aumento de capital de empresas agrícolas ou industriais.
36. Segundo a Lei 4320/64, o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição, é denominado de :
- A ( ) Adjudicação;
  - B ( ) Empenho;
  - C ( ) Contratação;
  - D ( ) Licitação;
  - E ( ) Ordenação da despesa.
37. O empenho a ser utilizado nos casos em que não se pode determinar o montante da despesa é denominado de:
- A ( ) Empenho prévio;
  - B ( ) Empenho por estimativa;
  - C ( ) Empenho global;
  - D ( ) Empenho ordinário;
  - E ( ) Não poderá ser empenhada a despesa que não se sabe o seu montante.
38. Não se classifica como dívida flutuante:
- A ( ) Os compromissos a longo prazo, efetuados por meio de contratos de financiamento;
  - B ( ) Os restos a pagar;
  - C ( ) Os serviços da dívida a pagar;
  - D ( ) Os depósitos;
  - E ( ) Os débitos de tesouraria.



**CONCURSO PÚBLICO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MALLET, PARANÁ**

---

39. Os créditos adicionais são autorizações de despesas não computadas ou insuficientemente dotadas na lei de orçamento. No caso de despesa não computada e de despesa insuficientemente dotada, utilizar-se-ão, respectivamente, as seguintes modalidades de créditos adicionais:
- A ( ) Extraordinário - Especial;
  - B ( ) Extraordinário - Suplementar;
  - C ( ) Especial - Suplementar;
  - D ( ) Especial - Extraordinário;
  - E ( ) Suplementar - Especial.
40. Consideram-se recursos para abertura de créditos suplementares e especiais, EXCETO:
- A ( ) Superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior;
  - B ( ) Alienação de bens imóveis;
  - C ( ) Proveniente de excesso de arrecadação;
  - D ( ) Resultante de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias;
  - E ( ) Produto de autorização de operações crédito autorizado, em forma que, juridicamente, possibilite ao Poder Executivo realizá-las.